

Identificar a crise

2 FEB 1980

O DEBATE sobre o ensino universitário no Brasil foi alimentado nos últimos dias por um relatório técnico do Banco Mundial e pela reação do Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Horácio Macedo, à tese, defendida pelo Ministro da Educação, de que o estudo nas universidades oficiais deve ser pago.

SEGUNDO o estudo, que deverá orientar a concessão de financiamentos do Banco na área educacional, o Estado gasta muito mal com a educação. Ao todo, emprega na área quatro por cento do Produto Interno Bruto, o que não é pouco. No entanto, cada aluno do ciclo básico custa anualmente ao Governo cerca de CZ\$ 12 mil; cada universitário, CZ\$ 214 mil. A desproporção é evidente. Não pode causar qualquer espanto, assim, que o jovem egresso da rede oficial chegue ao vestibular menos preparado do que aquele que, por ser de família mais abastada, cursou uma escola privada.

O BANCO Mundial propõe a cobrança de anuidades, em valor proporcional à renda familiar. Bolsas de estudo e empréstimos resolveriam o problema dos estudantes carentes. Simultaneamente, seria aberta a possibilidade de as universidades conseguirem financiamento privado, em esquema semelhante ao da Lei Sarney.

ENQUANTO isto, o Reitor Horácio Macedo — porta-voz da mentalidade que tem predominado na política educacional e que está fortemente presente na Assembléia Constituinte — sustenta que o ensino oficial deve continuar gratuito, porque a União é responsável pela manutenção da Universidade, e só dela deve cuidar.

QUANTO ao vestibular, o Reitor o considera mal necessário, pela simples razão de que há muito mais candidatos do que vagas. A solução estaria em mais vagas.

ESTA CONCLUSÃO, aparentemente simples, não é coerente com a constatação do Reitor de que o ensino de Segundo Grau é de qualidade muito ruim. De que adiantaria colocar mais alunos mal preparados na Universidade? Por quanto tempo mais trataremos um problema de qualidade como se fosse de quantidade?

É PRECISO lembrar, ainda, que não existe ensino gratuito. Alguém sempre paga a conta. E será justo que a massa dos contribuintes, inclusive aqueles a quem o sistema praticamente impediu o acesso ao ensino superior, custeie a formação dos que podem financiar a si próprios?

AS PROPOSTAS do Banco Mundial cuidam apenas do Terceiro Grau. Aplicadas isoladamente, eliminarão por certo uma grave injustiça — cuja existência os técnicos do Banco estão longe de serem os primeiros a denunciar — e poderão carrear maiores recursos para as escolas oficiais.

MAS NADA disto levará a bom proveito se à melhor administração financeira não corresponder uma reorganização da casa em todos os níveis, tendo como meta única a elevação da qualidade do ensino. E a Universidade não pode ser tratada de forma insular. Ela é a ponta de um sistema — e nunca será melhor do que o Segundo Grau que produz o seu corpo discente.

HÁ ALGO a fazer, com urgência. Que o Ministério da Educação, as universidades federais, os Conselhos de Educação — enfim, todas as autoridades da área — reconheçam que existe uma crise.

E CRISES se supera com o abandono de preconceitos, com a coragem de enfrentar os tabus, com a disposição de mexer em tudo e de tentar o novo.

A ALTERNATIVA é o comodismo, casado com a pasmaceira — a preço de mais algumas gerações desperdiçadas.